



Número: **0805190-66.2019.8.20.5124**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Parnamirim**

Última distribuição : **22/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA (AUTOR)		ANDRESSA REGO GALVAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43104843	22/05/2019 12:24	Petição Inicial	Petição Inicial
43104870	22/05/2019 12:24	1-Inicial - PDF	Outros documentos
43104884	22/05/2019 12:24	2-Procuração e Declaração de Pobreza	Procuração
43104894	22/05/2019 12:24	3-RG e CPF - Requerente e De Cujus	Documento de Identificação
43104905	22/05/2019 12:24	4-Comprovante de Residência	Documento de Identificação
43104922	22/05/2019 12:24	5-Certidão de Nascimento	Certidão de Nascimento
43104931	22/05/2019 12:24	6-Declaração do Óbito	Certidão de Óbito
43104949	22/05/2019 12:24	7-Certidão de Óbito	Outros documentos
43104963	22/05/2019 12:24	8-Boletim de Ocorrência	Outros documentos
43104973	22/05/2019 12:24	9-Laudos- Exame Necroscópico e Dosagem Alcoólica	Outros documentos
43104981	22/05/2019 12:24	10-Portal de Serviços e-SAJ - Protocolo Inicial em 2014	Outros documentos
43105004	22/05/2019 12:24	11-Sentença - Declarou a união estável	Outros documentos
43105012	22/05/2019 12:24	12-Pagamento de Indenização	Outros documentos
43105026	22/05/2019 12:24	13-Kaue Vinicius - Filho	Documento de Identificação
43105036	22/05/2019 12:24	14-Laysa Yasmim - Filha	Outros documentos

Petição Inicial em PDF. (Anexo)





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS
CÍVEIS DA COMARCA DE PARNAMIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

Autos:

MÁRCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA, brasileira,
união estável, inscrita no CPF: 076.328.984-17, portadora do RG nº 002413129
SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Monsenhor, nº 07, Jardim Planalto,
Parnamirim/RN, CEP: 59155-400, vem perante este Juízo, mui
respeitosamente, através de sua bastante procuradora *in fine* assinada
(instrumento procuratório em anexo), propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, Pessoa
Jurídica de Direito Privado, inscrita do CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com
endereço profissional à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de
Janeiro/RJ, CEP 20031-205, requerendo no final pelos fatos e fundamentos a
seguir aduzidos:

PRELIMINARMENTE.

**A Requerente na condição de Representante Legal dos
filhos menores da vítima, adentrou na esfera administrativa no Mês de**



Maio de 2014, junto ao DPVAT, e recebeu a quantia de R\$ 6.750,00. (seis mil setecentos e cinquenta reais)

Em caso de morte, sabe-se que o valor da indenização é de R\$13.500,00. (treze mil e quinhentos reais)

A Requerente não recebeu a parte da indenização que lhe cabia, (6.750,00) pois não era casada no civil com a vítima.

Assim sendo, ajuizou Ação Judicial, Comarca de Parnamirim/RN, (Autos nº 0803057-89.2014.8.20.0124), a fim de ver reconhecida União Estável.

Proferida Sentença em 20 de Novembro de 2018, onde reconheceu a união estável mantida entre a Requerente e a vítima. (sentença em anexo)

Nessa senda, somente agora, com sua união estável reconhecida, vem a Requerente pleitear judicialmente o recebimento de R\$ 6.750,00 que compete a Requerente.

DOS FATOS.

Em 08 de Dezembro de 2013, por volta das 12h:30min, o companheiro da Requerente a pessoa do Sr. Ivanaldo Nascimento da Silva pilotava a motocicleta HONDA/XR TORNADO, vindo a colidir com uma outra moto. Com o impacto da colisão, a vítima Sr. Ivanaldo, sofreu lesões graves, sendo socorrido pelos populares, para o Hospital de Upanema/RN, em seguida, transferido para o Hospital Regional Tarcísio Maia em Mossoró/RN, e NÃO REAGIU AOS FERIMENTOS VINDO A ÓBITO no mencionado hospital.

Devido esta fatalidade, a parte autora apresenta diversos documentos, dentre eles Boletim de Ocorrência informando o óbito do Sr. Ivanaldo Nascimento da Silva (Certidão de Óbito), em razão do acidente terrestre.(documentos em anexo)



Importante repisar que as lesões acima, **resultaram a MORTE da vítima, em razão do acidente.**

A Demandante recebeu administrativamente o valor de R\$ 6.750,00, referente a indenização a que seus filhos faziam jus, faltando assim receber na condição de companheira da vítima o valor de R\$ 6.750,00, sendo condicionado o seu recebimento da sua cota parte ao reconhecimento da união estável na forma judicial.

A Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT lhe exige documentos desnecessários, como forma de procrastinar o recebimento da indenização a que a Autora tem direito, ocorrendo na maioria das vezes do Requerente desistir de pleitear seu direito diante das imposições ditadas pela Requerida, conforme se vê nos documentos em anexo, aguardando provimento judicial nesse sentido.

Fato é, que a Seguradora Líder deverá realizar o pagamento da indenização a que a Requerente tem direito, pois que essa já tem seu vínculo (união estável) reconhecida perante a Justiça, não existindo nenhum óbice para que Requerida realize o pagamento a que a Requerente tem por direito.

Assim sendo, vem, a parte demandante, buscar, a proteção jurisdicional do Estado, resguardando aquilo que lhe é de direito, pleiteando o recebimento de sua cota parte, no valor de R\$6.750,00, por ser medida de JUSTIÇA!

- DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.



Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS.
INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ
PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL.
DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM
PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ
PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO.
DESNECESSIDADE. SENTENÇA
DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento
administrativo não retira dos beneficiários o
direito de postular a indenização diretamente
na Justiça, sob pena de violação ao direito
constitucional do acesso ao Judiciário.



Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvida quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.



Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.



- DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS - SEGURO DPVAT:

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pelas Leis nº 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, como política de Estado para indenizar às vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres, sendo obrigatório.

Como é cediço, a Lei do DPVAT, em seu art. 3º, alterada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, prevê três tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de via terrestre ou por cargas transportadas por esses veículos, quais sejam morte; incapacidade permanente e DAM's – despesas de assistência médica e suplementares, que reembolsa despesas tidas com médicos, medicamentos e hospitais no atendimento urgencial/emergencial do acidentado, desde que devidamente comprovadas.

Na hipótese de indenização por incapacidade permanente, que é o caso da parte demandante, o inciso II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009 (esta Lei ratificou as alterações dadas pela Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008), o legislador dividiu-a em incapacidade permanente total, parcial completa e parcial incompleta, remetendo sua indenização a regras e valores estabelecidos por tabela integrante da Lei, que a escalonou de acordo com cada lesão, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total



ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I



deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

...

A tabela mencionada no artigo anterior, a qual escalonou a indenização do DPVAT, é dividida em três partes: a primeira, dedicada aos Danos Corporais Totais, referente às incapacidades permanentes parciais completas; a segunda, aos Danos Corporais Segmentares Parciais; e a terceira, voltada para os Danos Corporais em órgãos e outras estruturas, senão vejamos:

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009).

(art. 3o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou	



cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livres deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica.	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	



Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Conforme narrado, a Autora deve receber o valor referente ao óbito, na proporção que restou pendente o seu recebimento, qual seja R\$ 6.750,00, tendo em vista A MORTE DA VÍTIMA.

Assim sendo, resta-se configurado o direito autoral, razão pelo que requer a procedência da ação, no sentido de condenar a Ré à indenizar o Autor os danos por ele experimentados.

- DOS PEDIDOS:

Por tudo que foi exposto, vem a Parte Autora requerer de Vossa Excelência:

a) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50, com alterações determinadas pela Lei nº 7.510/86, há vista que a Parte Autora não tem condições de arcar com as despesas processuais;

b) A citação do réu, para apresentar defesa, no prazo de 15(quinze) dias sob pena de incorrer nos efeitos da revelia;



c) Desnecessária produção de Prova Pericial Técnica, pois que a vítima veio a óbito em razão do acidente terrestre;

d) Que seja o réu condenado a pagar a indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial permanente, *in casu*, R\$6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).E ainda, a cominação dos honorários advocatícios, a razão de 20% sobre o valor da causa;

Protesta, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas, notadamente a documental.

Dá-se a causa o valor em, R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais)

Termos em que, pede deferimento.

Parnamirim/RN, 22 de Maio de 2019.

ANDRESSA RÊGO GALVÃO

OAB/RN 11.179



PROCURAÇÃO

ad judicia et extra

OUTORGANTE

MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA,
brasileira, Viuva, Operadora,
CPF 076.328.984-17, RG 002413129 SSPRN, residente e
domiciliado à Rua/Avenida R. Momentos,
Nº 07, Bairro Jardim Planalto, Parnamirim/RN,
CEP 59155-400, vem por meio desta, constituir sua bastante
procuradora:

OUTORGADA

Andressa Rêgo Galvão, brasileira, casada, advogada, OAB/RN 11.179,
CPF 012.951.454-30, RG 1.678.295-SSP/RN, com escritório profissional à Avenida
Jundiá, 366 - C, Centro, Macaíba/RN, CEP 59280-000, ☎ (84) 98723-9885, 📠 (84)
99616-0906, e-mail: andressa_galvao@hotmail.com

PODERES: Amplos para o foro em geral, com as cláusulas *ad judicia et extra* para,
em conjunto ou separadamente, praticar todos os atos extras judiciais de
representação e defesa, propor contra quem de direito, ações judiciais competentes e
defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final de decisão, usando os
recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes ainda poderes especiais para
acordar, confessar, desistir, firmar compromissos, assinar termos, receber depósito de
alvarás, dar quitação, enfim, praticar tudo quanto for útil e necessário à defesa dos
direitos e interesses do outorgante, podendo ainda substabelecer esta em nome de
outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso
e, em especial para representá-lo e defendê-lo perante todas as Instâncias,
Juízos, Tribunais, ou mesmo administrativamente, em especial promover notificação
extrajudicial.

Parnamirim/RN, 27 de Março de 2019.

Marcia Mirelle Dantas da Silva



DECLARAÇÃO DE POBREZA

MARCIA MIRELLA SANTAS DA SILVA,
Brasileira, Viúva, Operadora, CPF
076.328.984-17, e RG 00243329 SSP/RN,
residente e domiciliado à Rua R. Morreirão,
07, bairro Jardim Planalto Cidade/Estado,
Parnaramim / CEP 59155-400, nos termos do
artigo 4º, da Lei nº 1060/50, **DECLARA**, para os devidos fins de direito, que é pessoa
pobre na acepção jurídica do termo, não possuindo condições financeiras de arcar com
as despesas processuais sem que haja o prejuízo do seu próprio sustento e o de sua
família.

Responsabiliza-se pela declaração ora apresentada, estando ciente que
será sujeito às penas da lei, em caso de falsidade.

Para clareza e os devidos fins de direito, firma a presente declaração.

Parnaramim, 27 de Março de 2019.

Marcia Mirella Santos da Silva



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: **IVONALDO NASCIMENTO DA SILVA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **1670100 SSP RN**

CPF: **032.084.934-10** DATA NASCIMENTO: **10/09/1977**

FILIAÇÃO: **JOAO LUIZ DA SILVA**
HILDA NASCIMENTO DA SILVA

PERMISSÃO: **ACC** **CAT. HAB.** **A/B**

Nº REGISTRO: **03533229709** VALIDADE: **09/05/2016** 1ª HABILITAÇÃO: **10/11/1997**

OBSERVAÇÕES:

IVONALDO NASCIMENTO DA SILVA
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **PARANAMIRIM, RN** DATA EMISSÃO: **19/05/2011**

11138086910
RN701371076

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: **MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **002413129 SSP RN**

CPF: **076.328.984-17** DATA NASCIMENTO: **30/06/1987**

FILIAÇÃO: **MARCIO BALBINO DA SILVA**
FRANCISCA ERINEIDE DANTAS DA SILVA

PERMISSÃO: **ACC** **CAT. HAB.** **A/B**

Nº REGISTRO: **06254713500** VALIDADE: **06/11/2023** 1ª HABILITAÇÃO: **09/12/2014**

OBSERVAÇÕES:

Marcia Mirelle D. da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **NATAL, RN** DATA EMISSÃO: **07/11/2018**

Luiz Eduardo Machado Pereira
Diretor Geral - Detran/RN
ASSINATURA DO EMISSOR

92622860417
RN704302039

DETRAN - RN (RIO GRANDE DO NORTE)

2º SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO: AIRENE JOSE AMARAL DE PAIVA
Av. Brigadeiro Souto, 10 - Boa Esperança - CEP: 50140-590 - Pamamirim-RN - Tel.: (84) 2020-3200 / 3272-2295

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do que me foi exibido dou fé. (AOY075323)

Parnamirim/RN, 26/02/2019
da verdade. Emol R\$ 2,90

Em testemunho _____

PEDRO ERASMO DE PAIVA NUNES - Substituto
*Válido somente com selo de autenticidade
*Impresso por MARIA DO SOCORRO NUNES DE MEDEIRO

2º SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO: AIRENE JOSE AMARAL DE PAIVA
Av. Brigadeiro Souto, 10 - Boa Esperança - CEP: 50140-590 - Pamamirim-RN - Tel.: (84) 2020-3200 / 3272-2295

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do que me foi exibido dou fé. (AOY075324)

Parnamirim/RN, 26/02/2019
da verdade. Emol R\$ 2,90

Em testemunho _____

PEDRO ERASMO DE PAIVA NUNES - Substituto
*Válido somente com selo de autenticidade
*Impresso por MARIA DO SOCORRO NUNES DE MEDEIRO

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **IVONALDO NASCIMENTO DA SILVA**

Nº de Inscrição: **032084934-10** Data do Nascimento: **10/09/77**

Bradesco

5090 0041 6347 0208

VALID TRHU

06/22 2114 8 0053356 4 02 00

VALIDO ATE AGÊNCIA DIG CONTA DIG VIA TIPO

MARCIA MIRELLE DANTAS DA S

2º SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO: AIRENE JOSE AMARAL DE PAIVA
Av. Brigadeiro Souto, 10 - Boa Esperança - CEP: 50140-590 - Pamamirim-RN - Tel.: (84) 2020-3200 / 3272-2295

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do que me foi exibido dou fé. (AOY075322)

Parnamirim/RN, 26/02/2019
da verdade. Emol R\$ 2,90

Em testemunho _____

PEDRO ERASMO DE PAIVA NUNES - Substituto
*Válido somente com selo de autenticidade
*Impresso por MARIA DO SOCORRO NUNES DE MEDEIRO

2º SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO: AIRENE JOSE AMARAL DE PAIVA
Av. Brigadeiro Souto, 10 - Boa Esperança - CEP: 50140-590 - Pamamirim-RN - Tel.: (84) 2020-3200 / 3272-2295

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do que me foi exibido dou fé. (AOY075325)

Parnamirim/RN, 26/02/2019
da verdade. Emol R\$ 2,90

Em testemunho _____

PEDRO ERASMO DE PAIVA NUNES - Substituto
*Válido somente com selo de autenticidade
*Impresso por MARIA DO SOCORRO NUNES DE MEDEIRO

Natal-Estado do Rio G. do Norte



2a. ZONA DA CAPITAL

5.º OFÍCIO DE NOTAS — Rua Presidente Bandeira, 364 — Fone: 222-3344

Manoel Cabral de Macedo
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
CIC N. 003426704

MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS DE MACIEL
SUBSTITUTA

Nascimento N.º 42.113

CERTIFICO que, às fls. 248 do livro 9-A 202 do Registro de Nascimento foi feito hoje o assento de IVANALDO NASCIMENTO DA SILVA

nascido aos 10 de setembro de 1977 às 18:00 horas, e - minutos em Brojinho, deste Estado

do sexo masculino de cor morena, filho legítimo de João Luiz da Silva e Hilda Nascimento da Silva

seus avós paternos: Luiz Pedro da Silva, falecido e Maria, Dúlia da Conceição

e maternos: Pedro Pequeno do Nascimento e Maria Alves da Silva, ambos falecidos

Foi declarante O genitor do registrado e serviram de testemunhas Maria de Lourdes Nunes, casada, do lar e Maria / Célia Faustino Rocha, solteira, estudante, residentes nesta Capital

OBSERVAÇÕES: Registro feito nos termos da Lei 21.155, de 14.03.32

O referido é verdade; e dou fé

Natal, 29 de agosto de 1979.

O Oficial do Registro Civil

Quinto Ofício de Notas
Manoel Cabral de Macedo
Tabelião e Oficial do Registro Civil
CIC 003426704
Rua da República, 364 - Zona da Capital
Substituta
CIC 1001111111
Alto Bandeira, 364 - Fone: 222-3344
Instituto Brasileiro de Registro

EXTRADA POR:
ESCREVENTE
CONFERIDA POR:
ESCREVENTE





I	1 Tipo de óbito <input type="checkbox"/> Fetal <input checked="" type="checkbox"/> Não Fetal		2 Data do óbito 09.12.2013 07h43min		3 Cartão SUS		4 Naturalidade Brefinho/RN	
	5 Nome do Falecido Manoel do Nascimento da Silva				7 Nome da Mãe Hilda Nascimento da Silva			
	6 Nome do Pai João Luiz da Silva		8 Data de nascimento 10.10.1947		9 Idade 46A		10 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem.	
	11 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input checked="" type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela		12 Situação conjugal <input type="checkbox"/> Solteiro <input checked="" type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		13 Escolaridade (última série concluída) <input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input checked="" type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série)		14 Ocupação habitual Mototaxista	
II	15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) Rua: Monsenhor				16 CEP 07		17 UF RN	
	18 Município de residência Amaral		19 Código 07		20 Local de ocorrência do óbito <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Outros		21 Estabelecimento Hospital Regional Caricis Maia	
III	22 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.) Rua: Profeta				23 CEP 5/Nº		24 UF RN	
	25 Município de ocorrência Mossoró		26 Código Mossoró		27 Idade (anos) 46		28 Escolaridade (última série concluída) Fundamental II (5ª a 8ª Série)	
IV	29 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada) Mototaxista				30 Número de filhos vivos 99		31 Nº de semanas de gestação 99	
	32 Tipo de gravidez <input checked="" type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais		33 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input checked="" type="checkbox"/> Cesáreo		34 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input checked="" type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois		35 Peso ao nascer 99	
V	36 Número da Declaração de Nascimento Vivo 99				37 A morte ocorreu <input checked="" type="checkbox"/> Na gravidez <input type="checkbox"/> No parto		38 Recebeu assist. médica durante a doença que ocasionou a morte? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
	39 Diagnóstico confirmado por: <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado				40 Causas da morte Doença ou estado mórbido que causou diretamente a morte.		41 Causas antecedentes Estados mórbidos, se existirem, que produziram a causa acima registrada, mencionando-se em último lugar a causa básica.	
VI	42 Nome do Médico Roberto Souza Rabelo				43 CRM 2794		44 Município e UF de SVO ou IML	
	45 Meio de contato (telefone, fax, e-mail, etc.) (84) 3315-5582		46 Data do atestado 09.12.2013		47 Assinatura (assinatura)		48 Obito atestado por Médico <input checked="" type="checkbox"/> Assistente <input type="checkbox"/> Substituto <input type="checkbox"/> IML	
VII	49 Prováveis circunstâncias de morte não natural (informações de caráter estritamente epidemiológico) <input checked="" type="checkbox"/> Acidente <input type="checkbox"/> Suicídio				50 Tipo de acidente <input type="checkbox"/> Homicídio <input type="checkbox"/> Outros		51 Fonte da informação <input type="checkbox"/> Ocorrência Policial Nº <input checked="" type="checkbox"/> Hospital	
	52 Descrição sumária do evento				53 Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência <input type="checkbox"/> Via pública <input checked="" type="checkbox"/> Estabelecimento comercial		54 Endereço do local do acidente ou violência Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)	
VIII	55 Endereço do local do acidente ou violência Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)				56 Número 07		57 Bairro	
	58 Município Mossoró				59 Código Mossoró		60 Registro Mossoró	
IX	61 Declarante				62 Testemunhas A B		63 Data	
	64 Data				65 UF		66 UF	



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Notas e Protocolos do Registro Civil de Pessoas
Naturais da 1ª Zona da Comarca de Mossoró/RN
Luzinete Bezerra de Mendonça Fernandes
Notária e Registradora - CPF: 253.292.674-72
Rua Santos Dumont, 10 - Centro - Mossoró - RN
Fone: (84) 3312-3312 - E-mail: luzinete@tribunalrn.com.br



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
SEGUNDO OFÍCIO DE NOTAS
Oficial: LUZINETE BEZERRA DE MENDONÇA FERNANDES
Rua Santos Dumont, 10 Centro
Mossoró - RN
(84)-33213312
e-mail: cartorio2mossoro@hotmail.com
CERTIDÃO DE ÓBITO
NOME:
IVANALDO NASCIMENTO DA SILVA

08395139/0001-93
MOSSORÓ CARTÓRIO SEGUNDO
OFÍCIO DE NOTAS
RUA SANTOS DUMONT, 10
CENTRO
CEP: 59.600-170
MOSSORÓ - RN

MATRÍCULA:

0949460155 2013 4 00088 101 0022196 91

SEXO

masculino

COR

Parda

ESTADO CIVIL, PROFISSÃO E IDADE

solteiro, motorista, com 36 anos de idade

NATURALIDADE

Brejinho - RN

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG 1.670.100 - RN

ELEITOR

era eleitor

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

JOÃO LUIZ DA SILVA e HILDA NASCIMENTO DA SILVA Rua Monsenhor, 07, Planalto Parnamirim - RN

DATA E HORA DE FALECIMENTO

nove de dezembro de dois mil e treze às 07:43 horas

DIA MÊS ANO

09/12/2013

LOCAL DE FALECIMENTO

Hospital Regional Tarciscio Maia em Mossoró - RN

CAUSA DA MORTE

Choque hipovolemico por trauma abdominal produzido por ação de instrumento contundente

SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE
CONHECIDO

Cemitério São Sebastião, Parnamirim - RN

DECLARANTE

MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

Dr. Palmério Souza Rabêlo CRM:2794

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

O falecido deixou filhos menores, deixou bens a inventariar. Cert. Nasc. nº42113, fls 248, A-202, 5º Cartório de Natal-RN.
O assento foi lavrado em data de 12 de dezembro de 2013. Ato registrado no Livro 088 C, fls. 101, nº do termo 22196.

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Mossoró - RN, 12 de dezembro de 2013

Assinatura do Oficial

Pedro Ramon Mendonça Fernandes
CPF 083.881.504-98
SUBSTITUTO



2º OFÍCIO DE NOTAS
Paiva Amaral
TABELIÃO: AIRENE JOSE AMARAL DE PAIVA
Av. Brigadeiro Souto, 10 - Boa Esperança - CEP: 59140-550 - Parnamirim/RN - Tel.: (84) 2020-3200 / 3272-2295
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do que me foi
exibido dou fé. (AOY075250)
Parnamirim/RN, 26/02/2019
da verdade. Emol R\$ 2,90
Em testemunho



Assinado eletronicamente por: ANDRESSA REGO GALVAO - 22/05/2019 12:21:42

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052212191274200000041675647

Número do documento: 19052212191274200000041675647

Num. 43104949 - Pág. 1



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - DPCIN
2º DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL – MOSSORÓ/RN
DELEGACIA MUNICIPAL DA POLÍCIA CIVIL DE UPANEMA-RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 277/2013

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRANSITO COM LESÃO CORPORAL SEGUIDO DE ÓBITO

LOCAL DO FATO: Em estrada carroçável nas imediações do Sítio Pereiro, zona rural de Upanema-RN.

DATA E HORA DO FATO: 08/12/2013, aproximadamente por volta das 12h30min.

COMUNICANTE MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA, RG. nº 002.413.129/SSP-RN e CPF nº 076.328.984-17, brasileira, união estável, atendente de lanchonete, com 26 anos, nascido(a) aos 30/06/1987, natural de Natal/RN, filho (a) de Marcio Balbino da Silva e de Francisca Erineide Dantas da Silva, residente na Rua Monsenhor, nº 07, no Bairro Jardim Plânalto, em Panamirim/RN. Telefone (84) 9188.6538

VÍTIMA: IVANALDO NASCIMENTO DA SILVA, de 36 anos de idade, brasileiro, união estável, mototaxista, natural de Brejinho-RN, filho de João Nascimento da Silva e de Hilda Nascimento da Silva, residente na Rua Monsenhor, nº 07, no Bairro Jardim Planalto, em Panamirim/RN

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA:

Informa a comunicante que na data e local supracitado, seu marido IVANALDO, pilotava a motocicleta HONDA/XR 250 TORNADO, da cor: VERMELHA, ano de fab.e mod. 2001/2002, placa: MYF-8559(Panamirim-RN), chassi nº 9C2MD34002R002154, RENAVAM: 766142744, licenciado em nome de IVONALDO NASCIMENTO DA SILVA, portador do CPF nº 032.084.934-10, vindo a colidir com uma outra moto, com o impacto da colisão IVANALDO sofreu lesões graves, fora socorrido por populares para o Hospital de Upanema-RN, em seguida transferido para o Hospital Regional Tarcisio Maia, em Mossoró-RN, e não reagiu aos ferimentos vindo a óbito no mencionado hospital; QUE ainda informa a comunicante que a pessoa de JOÃO VICENTE FAUSTINO, portador do RG nº 002.385.186/RN, residente na Rua Pires de Campo, nº 475, no Bairro Santos Reis, em Panamirim-RN, presenciou o sinistro.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Expedir B. O. a interessada noticiando os fatos

OBS: Todas as informações são de responsabilidade da comunicante.

DATA E HORÁRIO DO REGISTRO: 12/12/2013, às 19h20min.

Marcia Mirelle Dantas da Silva
ASSINATURA DO (A) COMUNICANTE

[Assinatura]
APC- JOZIVAN COSME DE MEDEIROS
Mat. 96.491-3





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Defesa Social
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE MEDICINA LEGAL



Nº-01.762.12-2013

LAUDO DE EXAME NECROSCÓPICO

Aos 09 dias do mês de Dezembro do ano de 2013 nesta cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, e na sede do Instituto Técnico-Científico de Polícia, nós, Médicos Legistas designados em escala de serviço (plantão), Doutores: Médico Legista: Palmério Souza Rabelo***** Peritos oficiais para proceder ao exame de um cadáver que foi indicado como sendo de: IVANALDO

NASCIMENTO DA SILVA***** a fim de ser atendida a solicitação de: Bel, Denys Carvalho da Ponte, Delegado, 2ª DRPC p/ DP de Upanema-RN. (Guia Nº- 140/2013 de 09/12/2013)*****

Descrevemos com verdade e com todas as circunstâncias o que encontramos, descobrimos e observamos e, bem assim, respondemos aos quesitos no final formulados. Em consequência, passamos a fazer o exame ordenadamente, e as investigações que julgamos necessárias findo o qual declaramos:

I - QUALIFICAÇÃO:

Nome: IVANALDO NASCIMENTO DA SILVA Sexo: Masculino
Natural: Brejinho- RN Nacionalidade: Brasileira
Cor: Feoderma Data de Nascimento: 10/09/1977 Idade: 46 anos
Est. Civil: União estável Profissão: Mototaxista
Pai: João Luiz da Silva
Mãe: Thalia Nascimento da Silva
Endereço: Rua: Monsenhor Nº- 07
Bairro: Planalto Cidade: Parnamirim- RN
Particulares: *****
Documento: RG.Nº- 1.670.100 Órgão Exp. SSP/RN/02/02/1996

I - HISTÓRICO:

Dados informativos fornecidos pela autoridade solicitante:

Lugar da ocorrência: Sítio Pereiro, Zona rural de Upanema- RN
Data da ocorrência: 08/12/2013 Hora da ocorrência: 14h00
Lugar do óbito: Hospital Regional Tarcisio Maia- Mossoró- RN
Data do óbito: 09/12/2013 Hora do óbito: 07h43min
Causa ou instrumento causador da morte: COLISÃO DE MOTOCICLETAS.
Outras informações complementares: *****

ESTA COPIA É O ORIGINAL
15/01/2014
M. Ferreira da Silva
Mat. 99027-2
ITEP - MOSSORÓ - RN





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Defesa Social
INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE MEDICINA LEGAL
Laboratório de Análises e Pesquisas Forense

2ª VIA

LAUDO DE EXAME DOSAGEM ALCÓOLICA Nº **2952/2013**

O Diretor Geral e/ou Coordenador de Medicina Legal do Instituto Técnico - Científico de Polícia – ITEP, Doutor Nazareno de Deus Medeiros Costa **** designou os Peritos - oficiais, Drs. Elias Guilherme Lino e Fabrício Fernandes de Sá Oliveira****

para procederem a exame Dosagem alcoólica ****

a fim de ser atendido(a) o(a) Solicitação da Requisição de Exame Pericial nº 246/13, de 09/12/13, referente ao laudo cadavérico nº 01.762.12.2013, do Dr. Palmério Souza Rabêlo – Médico Legista deste instituto ****

descrevendo com verdade, e com todas as circunstâncias, o que encontrarem, descobrirem e observarem, e, bem assim, responder os quesitos no final formulados

Em consequência, passaram os Peritos a fazer o exame solicitado e investigações que julgarem necessárias, findo o qual declaram:

I-HISTÓRICO: Através da requisição acima mencionada, foi encaminhado a este laboratório material biológico (sangue), coletado do cadáver identificado como **"IVANALDO NASCIMENTO DA SILVA"**, a fim de ser realizado exame de dosagem alcoólica. **II-EXAME:** Parte do material biológico (sangue) foi submetido à metodologia analítica por CROMATOGRAFIA EM FASE GASOSA (CG) por HEAD-SPACE. **III-RESULTADO:** O material biológico (sangue) analisado apresentou resultado **NEGATIVO** para álcool etílico. **IV-CONCLUSÃO:** Concluem os Peritos, face ao exame realizado e do resultado obtido, que no material biológico (sangue) **não foi detectada a presença de álcool etílico**. Diante ao exposto e nada mais havendo a lavrar, foi encerrado o presente laudo que, após redigido, lido e achado conforme pelos Peritos, assinam acordes.//

CONFORME O ORIGINAL
ITEP/RN, 13, 06, 2014

Natal-RN, 15 de dezembro de 2013.

Araré Rodrigues Gomes
Perito Biólogo
Mat. 98.427-2 - ITEP/RN

Elias Guilherme Lino
Perito Oficial
Perito Toxicologista
Mat. 91.324-3 - ITEP/RN

Fabrício Fernandes de Sá Oliveira
Perito Oficial
Perito Toxicologista
Mat. 98.454-0 - ITEP/RN





CAIXA POSTAL | CADASTRO | AJUDA

Identificar-se

Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1º Grau

Consulta de Processos do 1º Grau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.

Dados para Pesquisa

Todas as Comarcas ▼

Pesquisar por: Nome da parte ▼

Nome da parte: marcia mirelle dantas da silva ☐ Pesquisar por nome completo



Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do Processo

Processo: 0803057-89.2014.8.20.0124 **Julgado**

Classe: Alvará Judicial

Área: Cível

Assunto: Levantamento de Valor

Distribuição: Sorteio - 01/10/2014 às 11:02

1ª Vara da Família - Parnamirim

Valor da ação: R\$ 6.750,00

Partes do Processo

Exibindo Somente as principais partes. [»Exibir todas as partes.](#)

Autora: Laysa Yasmim Dantas Nascimento
Advogado: Francisca Ennanília de Souza Medeiros
Advogada: Andressa Rêgo Galvão

Represte.: Marcia Mirelle Dantas Da Silva
Advogado: Francisca Ennanília de Souza Medeiros
Advogada: Andressa Rêgo Galvão

Movimentações

Exibindo 5 últimas. [»Listar todas as movimentações.](#)

Data	Movimento
20/05/2019	Certidão expedida/exarada Relação :0012/2019 Data da Disponibilização: 17/05/2019 Data da Publicação: 20/05/2019 Número do Diário: 03322577 Página:
17/05/2019	Relação encaminhada ao DJE Relação: 0012/2019 Teor do ato: SENTENÇA[...]Pelos razões acima expostas, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para o fim de DECLARAR a existência de união estável entre M M D D S E I N D S no período compreendido entre 2001 a 09 de dezembro de 2013, com fulcro no art. 226, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 1723, do Código Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Custas ex lege, observada a gratuidade judiciária. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Parnamirim/RN, 20 de novembro de 2018. Suiane de Castro Fonseca Medeiros, Juíza de Direito Advogados(s): Andressa Rêgo Galvão (OAB 11179/RN), Francisca Ennanília de Souza Medeiros (OAB 11812/RN)
17/05/2019	Publicado SENTENÇA[...]Pelos razões acima expostas, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para o fim de DECLARAR a existência de união estável entre M M D D S E I N D S no período compreendido entre 2001 a 09 de dezembro de 2013, com fulcro no art. 226, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 1723, do Código Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Custas ex lege, observada a gratuidade judiciária. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Parnamirim/RN, 20 de novembro de 2018. Suiane de Castro Fonseca Medeiros, Juíza de Direito
08/05/2019	Ato Ordinatório praticado Cumpra-se a Sentença proferida nos presentes autos.
20/11/2018	Julgado procedente o pedido

us.br/cpo/pg/search.do?paginaConsulta=1&localPesquisa.cdLocal=-1&cbPesquisa=NMPARTE&tipoNuProcesso=UNIFICADO&dePesq... 1/2



Assinado eletronicamente por: ANDRESSA REGO GALVAO - 22/05/2019 12:21:44

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052212195666200000041675675

Número do documento: 19052212195666200000041675675



Reconhecimento de União Estável Post Mortem

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Não há incidentes, ações incidentais, recursos ou execuções de sentenças vinculados a este processo.

Petições diversas

Data	Tipo
28/11/2014	Parecer
13/05/2015	Emenda da Inicial
03/01/2016	Emenda da Inicial
14/06/2018	Parecer
14/06/2018	Parecer

Audiências

Não há Audiências futuras vinculadas a este processo.

[Voltar para os resultados da pesquisa](#)

desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJRN





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Família da Comarca de Parnamirim

Autos n.º 0803057-89.2014.8.20.0124

Ação Alvará Judicial/PROC

Requerente Márcia Mirelle Dantas da Silva

Requeridos Laysa Yasmim Dantas Nascimento e Kaue Vinícius Dantas Nascimento

→ Ano de Ajuizamento da demanda para reconhecimento da União Estável.

SENTENÇA

EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. PROVAS DOCUMENTAIS ELUCIDATIVAS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

- Inexistindo controvérsia sobre a existência da alegada união estável, deve o pedido ser julgado procedente, declarando-se a existência da entidade familiar declinada.

Vistos etc.

Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM proposta por *Márcia Mirelle Dantas da Silva*, devidamente qualificada, através de advogada regularmente constituída, em face de *Laysa Yasmim Dantas Nascimento e Kaue Vinícius Dantas Nascimento*, com o escopo de obter provimento jurisdicional que declare a existência de união estável em relação a *Ivanaldo Nascimento da Silva* e o lapso de sua duração.

Alega a Requerente, em síntese, que conviveu com o *de cujus* por um lapso temporal de, aproximadamente, doze anos, tendo o relacionamento findado em razão do falecimento do companheiro.

Aduz, ainda, que desta união adveio o nascimento de dois filhos, ora Requeridos, quais sejam: *Laysa Yasmim Dantas Nascimento e Kaue Vinícius Dantas Nascimento*.

Endereço: Rua SubOficial Farias, 280, Monte Castelo - CEP 59146-200, Fone: 3645-1316, Parnamirim-RN - E-mail: parnamirim@tjrn.jus.br - Mod. Reconhecimento de União Estável Post Mortem

Este documento foi assinado digitalmente por SUJANE DE CASTRO FONSECA MEDEIROS. O processo 0803057-89.2014.8.20.0124 e o código 36CA33.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Família da Comarca de Parnamirim

Instruem a inicial os documentos, dentre os quais, a escritura pública declaratória assinada por testemunhas atestando a união havida entre o casal.

Em sede de audiência de conciliação, restou ausente o Defensor Público nomeado como curador especial aos Requeridos.

Após, decorreu o prazo do curador especial, sem apresentação de contestação (fl. 50).

Ao ser ouvido, o Ministério Público opinou pela procedência do pedido de reconhecimento e dissolução de união estável (fls. 51/52).

É o relatório.

A família, entendida como base da sociedade e aglutinadora dos mais nobres sentimentos humanos, mereceu de nossa Constituição Federal especial proteção. Nessa esteira, a união estável foi elevada ao *status* de entidade familiar, cabendo à lei ordinária facilitar sua conversão em casamento, a teor do art. 226, § 3º, Magna Carta, o qual consigna *que para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.*

Em cumprimento ao mandamento constitucional suso referido, foi editada a Lei n.º 8.971/94, que regula o direito dos companheiros aos alimentos e à sucessão, trazendo conceituação a respeito do instituto do companheirismo e a Lei n.º 9.278/96, que regulamenta o § 3º, do art. 226, Constituição Federal.

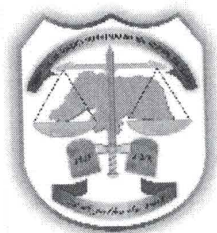
Pois bem, a interpretação do art. 1º, da Lei n.º 8.971/94 demonstra que são requisitos do companheirismo a inexistência de impedimento para o casamento, vez que se refere à *companheira comprovada de um homem solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo* e o lapso temporal de cinco anos de convivência ou a existência de filhos.

A Lei n.º 9.278/96, a seu turno, não fez referência expressa à inexistência de impedimento matrimonial, nem exigiu lapso temporal mínimo. Entrementes, a inexistência de impedimento matrimonial pode ser inferida da disposição insculpida na parte final, do art. 1º, do mesmo diploma legal, ao gizar que a convivência deve ser estabelecida *com o objetivo de constituição de família*. Assim, não admitindo o nosso ordenamento jurídico - com a graça Divina - a poligamia, conclui-se que se houver impedimento matrimonial de uma das partes a relação subjacente não poderá ser entendida como entidade familiar.

Endereço: Rua SubOficial Farias, 280, Monte Castelo - CEP 59146-200, Fone: 3645-1316, Parnamirim-RN - E-mail: parnamirim@tjrn.jus.br - Mod. Reconhecimento de União Estável Post Mortem

Este documento foi assinado digitalmente por SUJANE DE CASTRO FONSECA MEDEIROS. Assinatura processada nesta http://esaj.tjrn.jus.br/esaj, informe o processo 0803057-89/2014.8.20.0124 e o código 36CA33.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Família da Comarca de Parnamirim

Na mesma linha, o art. 1723, do Código Civil, estatuiu que *é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.*

Nesse pórtico, tem-se como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com objetivo de constituição de família, não mais se exigindo, inclusive, a diversidade de gêneros.

No caso em apreço, o exame probatório colacionado aos autos, mormente os documentos pessoais e a declaração assinada por testemunhas, demonstram que o relacionamento mantido entre a Autora e o Sr. Ivanaldo Nascimento da Silva, no período compreendido entre 2001 a 09 de dezembro de 2013, preenche todos os requisitos legalmente exigidos para seu reconhecimento como união estável, o qual, inclusive, resultou no nascimento dos Requeridos.

Tenho, pois, como caracterizada a existência de união estável, nos moldes postulados na inicial.

Pelas razões acima expostas, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para o fim de DECLARAR a existência de união estável entre MÂRCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA E IVANALDO NASCIMENTO DA SILVA, no período compreendido entre 2001 a 09 de dezembro de 2013, com fulcro no art. 226, § 3º, da Constituição Federal c/c art. 1723, do Código Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Custas *ex lege*, observada a gratuidade judiciária.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Parnamirim/RN, 20 de novembro de 2018.

Suiane de Castro Fonseca Medeiros
Juíza de Direito

Endereço: Rua SubOficial Farias, 280, Monte Castelo - CEP 59146-200, Fone: 3645-1316, Parnamirim-RN - E-mail: parnamirim@tjrn.jus.br - Mod. Reconhecimento de União Estável Post Mortem

Este documento foi assinado digitalmente por SUIANE DE CASTRO FONSECA MEDEIROS. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0803057-89.2014.8.20.0124 e o código 36CA33.





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 10 de Maio de 2014

Carta nº: 4355825

A/C: MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA

Sinistro: 2014304076
 Vítima: IVONALDO NASCIMENTO DA SILVA
 Data Acidente: 08/12/2013
 Natureza: MORTE
 Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: MARCIA MIRELLE DANTAS DA SILVA

Valor: R\$ 6.750,00

Banco: 033

Agência: 000000080

Conta: 000001047004-8

Tipo: CONTA CORRENTE

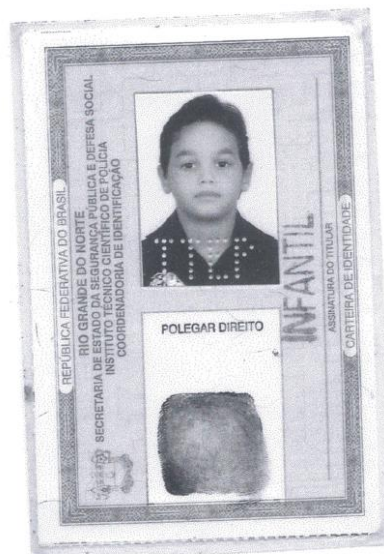
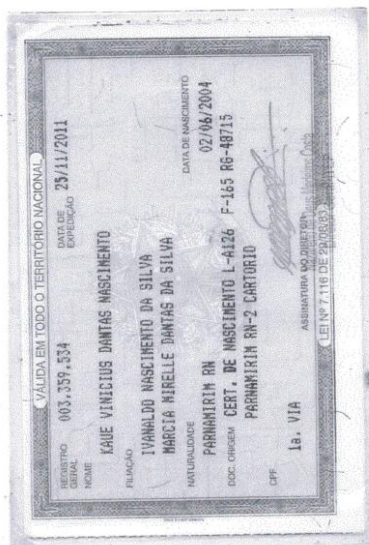
Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e FRANCISCA ENNANILIA DE SOUZA MEDEIROS. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0803057-89.2014.8.20.0124 e o código 1FA3B6.





Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e FRANCISCA ENNANILIA DE SOUZA MEDEIROS. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0803057-89.2014.8.20.0124 e o código 1FA3B6.



Doc. 03

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL Nº 003.339.335 DATA DE EMISSÃO 25/11/2011

FILIAÇÃO LAYSA YASMIM DANTAS NASCIMENTO

IVANILDO NASCIMENTO DA SILVA

NASCIMENTO 30/10/2002

MARCIA MIRELE DANTAS DA SILVA

CPF 003.339.335

DOC. GABINETE Nº 1-4104 F-43 86-44023

PARNATIRIN RA-2 CARTÓRIO

1a. VIA

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 1983

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

CARTeira DE IDENTIDADE

Assinatura do Titular: Laysa yasmim Dantas Nascimento

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 123.899.774-05

Nome LAYSA YASMIM DANTAS NASCIMENTO

Nascimento 30/10/2002

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

Este documento foi assinado digitalmente por Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e FRANCISCA ENNANILIA DE SOUZA MEDEIROS. Se impresso, para conferência acesse o site <http://esaj.tjrn.jus.br/esaj>, informe o processo 0803057-89.2014.8.20.0124 e o código 1FA3B6.

